

DÍVIDA

Galvêas vai ao FMI dizer que cumprimos metas

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, viaja amanhã à noite, em companhia do diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, para Washington, onde mostrará ao diretor gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, que o Brasil cumpriu as metas do primeiro trimestre acertadas com o Fundo. Embora a inflação permaneça em patamar elevado, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, disse ontem que o País cumpriu as metas de política monetária e fiscal, além de fechar o trimestre com posição líquida de caixa de US\$ 1,7 bilhão, conforme previsto no programa de ajuste da economia brasileira.

Segundo Pastore, a base monetária — emissão primária de moeda — registrou queda de 1,7%, o que reduziu para 2,2% a expansão acumulada no trimestre. A exemplo da base monetária, os meios de pagamento — papel-moeda em poder do público e depósitos à vista no Banco do Brasil e nos bancos comerciais — também apresentaram pe-

queno desvio em relação aos tetos fixados pelo FMI. Mas o presidente do Banco Central argumentou que, na avaliação do cumprimento do acordo para ajuste da economia, o FMI leva mais em conta a evolução do crédito interno líquido, o que "está dentro do limite", como também o déficit público.

A certeza de que o FMI não apresentará restrições à política monetária em vigor permite ao presidente do Banco Central projetar para este mês expansão de 3% da base monetária contra a contração de 1,7% em março. O alívio relativo no controle da moeda beneficiará mais a comercialização agrícola.

Limites do endividamento

Fixar os limites do endividamento externo e permitir a participação do Congresso Nacional nas negociações com os credores — esse é o sentido da proposta de alteração da Constituição que o deputado Pratinê de Moraes (PDS-RS) encaminhou ontem ao ministro da Casa Civil, Leitão de Abreu, para ser incorporada à emenda constitu-

cional que o governo enviará até o dia 18 ao Congresso sobre eleições, para negociar com as oposições. Se ela não for incluída na emenda, disse o deputado, irá propô-la na forma de subemenda, na fase de discussão.

É indispensável, disse o parlamentar, fortalecer o Congresso para que ele possa, dar suporte político ao poder Executivo em suas negociações com os credores internacionais, discutindo os limites que o País poderá suportar para cumprir seus compromissos financeiros sem causar prejuízos danosos à população.

Ministros na CPI

Os ministros César Cals, das Minas e Energia, Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores, e Delfim Neto, do Planejamento, confirmaram a presença, dias 3, 9 e 10 de maio, respectivamente, na CPI da Câmara sobre dívida externa e acordo com o FMI. A comunicação foi feita ontem pelo presidente da CPI, deputado Alencar Furtado (PMDB-PR) à Mesa da Câmara.